



DIÁRIO ELETRÔNICO
MINISTÉRIO PÚBLICO DO RIO GRANDE DO SUL
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA
assessorialegislativa@mprs.mp.br

Porto Alegre, 13 de junho de 2018.

Edição n. 2393

Nesta Edição:

PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA

Boletins.....2

SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS

Boletins de pessoal.....2

Súmulas de contratos.....2

Editais.....4

CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO

Editais.....4

FUNDO PARA RECONSTITUIÇÃO DE BENS LESADOS

Ata.....5

**PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA****BOLETIM N. 189/2018**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, EM EXERCÍCIO, CESAR LUIS DE ARAÚJO FACCIOLI, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, RESOLVE:

CONCEDER

- tendo em vista o que consta no PR.00001.01014/2018-9, a contar de 15 de junho de 2018, pelo período de 06 (seis) meses, LICENÇA PARA TRATAR DE INTERESSES PARTICULARES ao Promotor de Justiça EDUARDO BUAES RAYMUNDI, ID n. 3431088, nos termos dos artigos 88, inciso IV, e 100 da Lei n. 6.536/73, devendo manter contribuição mensal para o Instituto de Previdência do Estado, de acordo com o artigo 8º da Lei 7672/82 (Port. 1595/2018).

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 13 de junho de 2018.

JÚLIO CÉSAR DE MELO,
Promotor de Justiça,
Chefe de Gabinete.

SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS**BOLETIM N. 190/2018**

O SUBPROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS, BENHUR BIANCON JUNIOR, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, RESOLVE:

CONCEDER

- o abono de permanência, com fulcro no artigo 6º da Emenda Constitucional n. 41/2003 e artigo 3º da Instrução Normativa n. 03/2011, ao servidor JOSÉ RENATO POHREN, Secretário de Diligências, ID n. 3425274, a contar de 16 de dezembro de 2017, equivalente ao valor de sua contribuição previdenciária (PR.00576.00306/2018-5 (Port. 1567/2018)).

DESIGNAR

- para integrar o Projeto FAVO – Força-Tarefa de Ajuda Voluntária, a servidora SABRINA PORCIÚNCULA QUADROS DA SILVA, Assessor - Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais, ID n. 4445589, para auxiliar a Promotoria de Justiça de Vera Cruz, uma vez por semana, no período de 11 de junho a 10 de agosto de 2018 (Port. 1593/2018).

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 13 de junho de 2018.

BENHUR BIANCON JUNIOR,
Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos.

**CONTRATO DE COMPRA E VENDA N. 050/2018
PROCEDIMENTO N. 02405.000.062/2018
PREGÃO ELETRÔNICO N. 19/2018**

CONTRATADA: BRASPEL COMERCIO E REPRESENTACOES LTDA; **OBJETO:** aquisição de material de expediente;

Item	Descrição	Qtde	Marca/ Modelo	Un	Preço total
7	Fita rafia	100	Politape/ rafia	rl	R\$ 772,00

VIGÊNCIA: 06 (seis) meses; **VALOR TOTAL:** R\$ 772,00; **DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:** Unidade Orçamentária 09.01, Recurso 0011, Projeto/Atividade 6420, Natureza da Despesa 3.3.90.30, Rubrica 3009; **FUNDAMENTO LEGAL:** Leis Estaduais n° 13.191/09 e n° 11.389/99, Provimentos PGJ/RS n° 33/08 e n° 47/05, Lei Complementar n. 123/06 e, subsidiariamente, Leis Federais n° 8.666/93 e n° 10.520/02 e Provimento PGJ/RS n. 54/02.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 12 de junho de 2018.

ROBERVAL DA SILVEIRA MARQUES,
Diretor-Geral.

**SÚMULA DE DESIGNAÇÃO DE FISCAL
PROCESSO N. 02405.000.062/2018**

O **DIRETOR-GERAL** da Procuradoria-Geral de Justiça, órgão administrativo do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul, no uso de suas atribuições, designa, como fiscal do contrato constante do processo em epígrafe, o servidor Christian Brod e, como seu substituto, o servidor Fernando Kruehl Nogueira.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 12 de junho de 2018.

ROBERVAL DA SILVEIRA MARQUES,
Diretor-Geral.

**SÚMULA DO 1º ADITIVO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS E VENDA DE PRODUTOS N. 056/2017
PROCEDIMENTO N. 02405.000.065/2017**

CONTRATADA: Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - ECT; **OBJETO:** prorrogação da vigência contratual, por 12 (doze) meses, a contar de 12 de junho de 2018; **VALOR TOTAL:** R\$ 1.193.017,20; **DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:** Unidade Orçamentária 09.01, Recurso 0011, Projeto/Atividade 6420, Natureza da Despesa 3.3.90.39 Rubrica 3929; **FUNDAMENTO LEGAL:** art. 57, II, da Lei Federal n° 8.666/93.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 12 de junho de 2018.

ROBERVAL DA SILVEIRA MARQUES,
Diretor-Geral.

**SÚMULA DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO E RATIFICAÇÃO
PROCEDIMENTO N.º 1358.000.024/2018**

CONTRATADA: DO CARMO TREINAMENTO E DESENVOLVIMENTO PROFISSIONAL LTDA.; **OBJETO:** Contratação do curso "Desenvolvimento Interpessoal para Servidores – Avançado: Inteligência Emocional", ministrado pela professora Alessandra Gonzaga, para duas turmas, com 30 vagas cada, com carga horária de 16 horas/aula por turma, para servidores deste Ministério Público; **VALOR TOTAL:** R\$ 15.500,00; **DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:** Unidade Orçamentária 09.01, Recurso 0011, Projeto 6420, Natureza da Despesa/Rubrica 3.3.90.39/3935; **FUNDAMENTO LEGAL:** artigo 25, caput, da Lei Federal n. 8.666/93; **RATIFICAÇÃO** em 12 de junho de 2018, pelo Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos, Dr. Benhur Biancon Junior.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 12 de junho de 2018.

ROBERVAL DA SILVEIRA MARQUES,
Diretor-Geral.



Diário eletrônico
Ministério Público
 Rio Grande do Sul



Porto Alegre, 13 de junho de 2018.

www.mprs.mp.br

Edição n. 2393

SÚMULA DO 1º ADITIVO AO CONTRATO DE COMPRA E VENDA N. 011/2018 PROCEDIMENTO N. 02405.000.018/2018

CONTRATADA: FORMA OFFICE COMÉRCIO DE MÓVEIS E INTERIORES LTDA; **OBJETO:** acrescer, ao objeto do ajuste, os itens abaixo descritos:

ITEM	DESCRIÇÃO	QTD	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
24	Modulo medindo 1600x800x740mm	01	R\$ 3.457,00	R\$ 3.457,00
99	Poltrona giratória espaldar alto sem apoio de cabeça	05	R\$ 2.416,00	R\$ 12.080,00

VALOR TOTAL: R\$ 15.537,00; **DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:** Unidade Orçamentária 09.01, Recurso 0011, Projeto 2746, Natureza da Despesa 4.4.90.52, Rubrica 5214; **FUNDAMENTO LEGAL:** artigo 65, inciso I, alínea b, e § 1º, da Lei Federal n. 8.666/93.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 12 de junho de 2018.

ROBERVAL DA SILVEIRA MARQUES,
Diretor-Geral.

CONTRATO DE COMPRA E VENDA N. 049/2018 PROCEDIMENTO N. 02405.000.063/2018 PREGÃO ELETRÔNICO N. 19/2018

CONTRATADA: PERATTO REVENDA DE SUPRIMENTOS DE INFORMÁTICA LTDA.; **OBJETO:** aquisição de material de expediente;

Item	Descrição	Qtde.	Unidade	Marca/ Modelo	Preço total
5	Fita adesiva para empacotamento transparente	1500	RL	ALLTAPE/ 48X50	R\$ 2.925,00
8	Grampeador de papel	400	UN	CIS/C15	R\$ 12.600,00
9	Grampo c/ 1000 26/6 3000	3000	CX	XR/ 26/6 C/1000	R\$ 2.700,00
12	Perfurador de papel	150	UN	CAVIA/ CA101	R\$ 5.805,00

VIGÊNCIA: 06 (seis) meses; **VALOR TOTAL:** R\$ 24.030,00; **DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:** Unidade Orçamentária 09.01, Recurso 0011, Projeto/Atividade 6420, Natureza da Despesa 3.3.90.30, Rubrica 3009; **FUNDAMENTO LEGAL:** Leis Estaduais nos 13.191/09 e 11.389/99, Provimentos PGJ/RS nos 33/08 e 47/05, Lei Complementar n.º 123/06 e, subsidiariamente, Leis Federais nos 8.666/93 e 10.520/02 e Provimento PGJ/RS n. 54/02.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 12 de junho de 2018.

ROBERVAL DA SILVEIRA MARQUES,
Diretor-Geral.

SÚMULA DE DESIGNAÇÃO DE FISCAL PROCESSO N. 02405.000.063/2018

O **DIRETOR-GERAL** da Procuradoria-Geral de Justiça, órgão administrativo do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul, no uso de suas atribuições, designa, como fiscal do contrato constante do processo em epígrafe, o servidor Christian Brod e, como seu substituto, o servidor Fernando Kruehl Nogueira.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 12 de junho de 2018.

ROBERVAL DA SILVEIRA MARQUES,
Diretor-Geral.

SÚMULA DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO E RATIFICAÇÃO SGA N. 00677.000.248/2018

CONTRATADA: PROJETO – Escritório de Arquitetura e Urbanismo – Engº Rafael Goularte Ortiz; **OBJETO:**

elaboração de projetos executivos hidrossanitário e proteção contra incêndio, ambos com aprovação na Prefeitura local e no Corpo de Bombeiros, para a ampliação e reforma do prédio sede da Promotoria de Justiça de São Luiz Gonzaga/RS; **VALOR TOTAL:** R\$ 6.456,77; **DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:** Unidade Orçamentária 09.01, Recurso 0011, Projeto 1764, Natureza da Despesa/Rubrica 4.4.90.51/5102; **FUNDAMENTO LEGAL:** artigo 25, *caput*, da Lei Federal n. 8.666/93; Aplicação das Leis Federais n.ºs 5.194/66 c/c 9.610/98; **RATIFICAÇÃO** em 12 de junho de 2018, pelo Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos, Dr. Benhur Biancon Junior.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 12 de junho de 2018.

ROBERVAL DA SILVEIRA MARQUES,
Diretor-Geral.

SÚMULA DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO E RATIFICAÇÃO PROCEDIMENTO N. 00005.000.024/2018

CONTRATADA: REDE VALE DE COMUNICAÇÃO LTDA.; **OBJETO:** renovação de assinatura anua do Jornal O Informativo do Vale; **VALOR TOTAL:** R\$ 430,00; **DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:** Unidade Orçamentária 09.01, Recurso 0011, Projeto 6420, Natureza da Despesa/Rubrica 3.3.90.39/3903; **FUNDAMENTO LEGAL:** art. 25, inciso I, da Lei Federal n. 8.666/1993; **RATIFICAÇÃO** em 12 de junho de 2018, pelo Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos, Dr. Benhur Biancon Junior.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 12 de junho de 2018.

ROBERVAL DA SILVEIRA MARQUES,
Diretor-Geral.

SÚMULA DO TERMO DE RESCISÃO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS N. 068/2017 PROCEDIMENTO N. 02405.000.079/2017

CONTRATADA: TRANSUNION BRASIL SISTEMAS EM INFORMÁTICA LTDA.; **OBJETO:** **RESCINDIR AMIGAVELMENTE** o contrato de prestação de serviços, que tem como objetivo a manutenção, atualização de versões, treinamento, automatização dos processos de consultas às fontes internas e externas do software Crivo, a contar do dia útil seguinte à publicação do extrato do presente termo na imprensa oficial, declarando que nada será devido, de parte a parte, em decorrência da contratação ora rescindida.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 12 de julho de 2018.

ROBERVAL DA SILVEIRA MARQUES,
Diretor-Geral.

SÚMULA DO TERMO DE ACORDO PARA USO DE VEÍCULO PARTICULAR PR.00001.01578/2013-4

PARTES: Estado do Rio Grande do Sul, por intermédio da Procuradoria-Geral de Justiça, e o Promotor de Justiça **ADRIANO PEREIRA ZIBETTI**, ID n.14956225, **OBJETO:** permissão de uso, mediante indenização, do veículo particular placa IYM9933, a ser usado na execução de tarefas e serviços



Diário eletrônico
Ministério Público
 Rio Grande do Sul



Porto Alegre, 13 de junho de 2018.

www.mprs.mp.br

Edição n. 2393

no âmbito da Procuradoria-Geral de Justiça, em conformidade com o Provimento n. 30/2018.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, Porto Alegre, 11 de junho de 2018.

BENHUR BIANCON JUNIOR,
 Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos.

EDITAL N. 086/2018
EDITAL DE CIÊNCIA DE
ELIMINAÇÃO DE DOCUMENTOS

A Presidente da Comissão Permanente de Avaliação de Documentos do Ministério Público (CPAD), designada pela Portaria n. 0743/2018, publicada no Boletim n. 084/2018, do Diário Eletrônico do Ministério Público, de 22/03/2018, faz saber, a quem possa interessar, que a partir do 30º (trigésimo) dia subsequente à data de publicação deste Edital no Diário Eletrônico do Ministério Público do RS, se não houver oposição, serão eliminados os documentos constantes nos

Termos de Eliminação de Documentos n. 191/2018, n. 196/2018, n. 204/2018, n. 217/2018, n. 218/2018, n. 236/2018 e n. 238/2018, preenchidos de acordo com a Tabela de Temporalidade de Documentos, disponíveis na página do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul, http://www.mprs.mp.br/gestao_documental/ e na Unidade de Gestão Documental, Protocolo e Expedição, Rua General Andrade Neves, 106, 6º andar – Porto Alegre – RS.

Os interessados, que tiverem alguma oposição, deverão apresentá-la por escrito, devidamente fundamentada, desde que tenham qualificação e demonstração de legitimidade para o referido questionamento, dirigida à Comissão Permanente de Avaliação de Documentos do Ministério Público, localizada no endereço supracitado.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 13 de junho de 2018.

DIOMAR JACINTA RECH,
 Presidente da Comissão Permanente de Avaliação de Documentos.

CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO

EDITAL

FAÇO PÚBLICO, CUMPRINDO DETERMINAÇÃO DO **EGRÉGIO CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO**, em conformidade com o que dispõe o artigo 15, § 2º, combinado com o artigo 62, ambos da Lei n. 8.625, de 12 de fevereiro de 1993, e o Provimento n. 08/2002, publicado no Diário Oficial da Justiça de 19 de fevereiro de 2002, que se encontra vago o cargo abaixo elencado, na forma de provimento e critério abaixo relacionados:

EDITAL	NÚMERO EXPEDIENTE	FORMA DE PROVIMENTO	CRITÉRIO	CARGO
29/2018	PR.00975.00635/2017-6	Promoção	Antiguidade	2º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Cível de Alegrete, de entrância intermediária.
30/2018	PR.00983.00505/2018-9	Remoção	Merecimento	Promotor de Justiça Substituto de Entrância Final com atuação preferencial na Promotoria de Justiça de Santa Maria.
31/2018	PR.00034.00060/2018-4	Remoção	Antiguidade	6º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Execução Criminal de Porto Alegre, de entrância final.
32/2018	PR.00034.00065/2018-3	Remoção	Merecimento	3º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Criminal de Passo Fundo, de entrância final.
33/2018	PR.00034.00067/2018-9	Remoção	Antiguidade	8º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Criminal de Santa Maria, de entrância final.
34/2018	PR.00034.00069/2018-5	Remoção	Merecimento	1º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Regional do 4º Distrito de Porto Alegre, de entrância final.
35/2018	PR.00983.00712/2018-1	Remoção	Antiguidade	Promotor de Justiça Substituto de Entrância Final, com atuação preferencial na Promotoria de Justiça de Pelotas.
36/2018	PR.00983.00500/2018-0	Remoção	Antiguidade	Promotor de Justiça Substituto de Entrância Intermediária, com atuação preferencial na Promotoria de Justiça de Santa Cruz do Sul.
37/2018	PR.00034.00061/2018-2	Remoção	Merecimento	1º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Criminal de São Leopoldo, de entrância intermediária.
38/2018	PR.00034.00070/2018-3	Remoção	Antiguidade	3º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Palmeira das Missões, de entrância intermediária.
39/2018	PR.00034.00072/2018-9	Remoção	Merecimento	2º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Criminal de São Borja, de entrância intermediária.
40/2018	PR.00034.00074/2018-5	Remoção	Antiguidade	4º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Tramandaí, de entrância intermediária.



41/2018	PR.00034.00076/2018-0	Remoção	Antiguidade	1º Promotor de Justiça da Promotoria de Santo Augusto, de entrância inicial.
42/2018	PR.00034.00078/2018-6	Remoção	Merecimento	Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de São José do Ouro, de entrância inicial.
43/2018	PR.00975.00089/2017-6	Remoção	Antiguidade	1º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Getúlio Vargas, de entrância inicial.

Os PROMOTORES DE JUSTIÇA interessados têm o prazo de 10 (dez) dias, computados na forma do artigo 3º, § 1º, do Provimento n. 33/2008, para manifestarem interesse na habilitação.

O prazo de desistência encerra-se dois dias úteis após o prazo de habilitação, nos termos da Súmula n. 22 do Egrégio Conselho Superior do Ministério Público.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 13 de junho de 2018.

MARTHA WEISS JUNG,
Promotora-Assessora.

FUNDO PARA RECONSTITUIÇÃO DE BENS LESADOS

ATA DA 15ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO GESTOR DO FUNDO PARA RECONSTITUIÇÃO DE BENS LESADOS CG-FRBL

1. DATA, HORÁRIO E LOCAL: 11/06/2018, 14:00, Sala de reuniões do 14º andar, Torre Norte, Sede do Ministério Público RGS, Av. Aureliano de Figueiredo Pinto, Porto Alegre.

2. CONVOCAÇÃO: realizada nos termos do Art. 11 do Regimento Interno.

3. PRESENÇA: presentes os conselheiros Ana Cristina Cusin Petrucci, Daniel Martini, Gustavo de Azevedo e Souza Munhoz, Cristiane Becker, Marinês Besson, Roberto Rebés Abreu e Vera Figueiró.

4. PAUTA DO DIA: aprovação da ata da reunião realizada em 14 de maio de 2018; decisão do Conselho Gestor quanto ao recurso interposto pela Fundação O Pão dos Pobres contra decisão da Comissão de Seleção do Edital de Chamamento Público 001/2018; assuntos gerais.

5. DELIBERAÇÕES:

a) aprovada a ata da reunião de 14.05.18; b) em relação à manifestação apresentada, o Conselho Gestor decidiu conhecer como recurso e dar provimento ao postulado pela entidade Fundação O Pão dos Pobres, dando desde logo como habilitada ao certame em face da documentação apresentada. Retorne o feito à Comissão para sessão de avaliação e julgamento das propostas; c) os projetos encaminhados por ILPI's solicitando dispensa de chamamento serão submetidos à prévia análise jurídica para o seu devido enquadramento; d) todos projetos serão submetidos a exame prévio pelo Conselho Gestor para fins de posterior distribuição. Nada mais havendo a tratar, a reunião foi encerrada.